

DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2013v15n35p68>

Artigo recebido em: 27/08/2011

Aceito em: 10/05/2012

FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIONALIDADE

Scientific Fundamentals of Management for Regionality Development

Antonio Carlos Gil

Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – São Caetano do Sul – SP, Brasil.

E-mail: acgil@uol.com.br

Eduardo de Camargo Oliva

Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – São Caetano do Sul – SP, Brasil.

E-mail: eduardo.oliva@uscs.edu.br

Marcos Bidart Carneiro de Novaes

Professor no MBA de Desenvolvimento Humano de Gestores da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – SP, Brasil.

E-mail: bidart@uol.com.br

Edson Coutinho da Silva

Professor da Fundação Educacional Inaciana – FEI - São Paulo – SP, Brasil. E-mail: eduardo.oliva@uscs.edu.br

Resumo

Este ensaio tem como objetivo discutir os fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*. Essa disciplina trata do processo de planejamento, organização, direção e controle de ações, políticas, projetos e programas que têm como propósito estimular, criar ou desenvolver no âmbito de um grupo ou comunidade a consciência de pertencer a uma região. A questão ontológica fundamental dessa disciplina refere-se à concepção do “ser regional” em sua essência, pois a região pode ser entendida como construção social. Dentre as questões epistemológicas que suscita, a mais saliente está na tentativa de garantir a objetividade ao se considerar a região como um artifício ou uma construção intelectual. Dentre as questões metodológicas estão: a complexidade de seu objeto, a dificuldade para experimentação e quantificação e a expressão de valores.

Palavras-chave: Gestão. Regionalidade. Ontologia. Epistemologia. Metodologia.

Abstract

This essay aims to discuss the ontological, epistemological and methodological Management for the Development of regionalism. This course deals with the process of planning, organization, direction and control of actions, policies, projects and programs that are intended to stimulate or develop within a group or community awareness of belonging to a region. A fundamental ontological question of discipline refers to the concept of “being regional” in its essence, because the region can be understood as a social construction. Among the epistemological issues it raises, the most salient is the attempt to ensure objectivity when considering the region as a deception or an intellectual construct. Among the methodological issues are: the complexity of its subject, the difficulty of experimentation and quantification and expression of values.

Key words: Management. Regionality. Ontology. Epistemology. Methodology.



1 INTRODUÇÃO

De acordo com a convenção dos historiadores, desde a eclosão da Revolução Francesa, encontra-se na Idade Contemporânea. Em virtude, porém, da notável evolução da Humanidade nesses dois últimos séculos, já foram sugeridas em diferentes momentos outras denominações para melhor definir uma nova era, como: Idade Industrial, Idade Atômica, Idade da Tecnológica e Idade da Informação. Mas a expressão de maior sucesso e a que vem se mostrando mais durável para designar os tempos em que se vive hoje é a Idade da Globalização.

Não foi necessário que os historiadores se reunissem num congresso mundial com a finalidade de decretar o início dessa nova era. Bastou que a globalização penetrasse na vida das nações, das organizações, dos grupos sociais e dos indivíduos para que se percebesse que se vive numa nova era. Com efeito, a globalização está tão presente na vida de cada um de nós que nem mesmo se torna necessária qualquer ação visando a apresentá-la como nome oficial desta etapa da história do mundo. Tanto é que há autores no campo da Sociologia que iniciam seus cursos e suas obras tratando da perspectiva global como uma extensão da perspectiva sociológica. (MACIONIS, 2003)

De fato, a transição do século XX para o XXI foi profundamente marcada pela globalização, que foi apresentada como promessa de uma sociedade muito mais aberta e com maior liberdade para o intercâmbio de bens, ideias e conhecimentos. Mas também não há como deixar de reconhecer que alguns de seus efeitos mais notáveis são constituídos pela ampliação da capacidade de informação dos detentores do poder, pela organização de um sistema financeiro dominado pelos interesses dos países economicamente mais poderosos, pelo desenvolvimento de relações econômicas fundamentadas nas exigências dos conglomerados transnacionais, pela descaracterização das culturas locais e pela retomada da força do liberalismo como ideologia e prática.

A globalização não trouxe principalmente para os mais pobres da terra o que seus arautos prometeram. Daí as muitas manifestações de cientistas sociais contra muitos de seus efeitos. Uma das mais expressivas tem sido a de Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2001, que no livro *A globalização e*

seus malefícios (STIGLITZ, 2002) já afirmava que a globalização não traz benefícios aos pobres do mundo, não resolve os problemas ambientais e não contribui para a estabilidade da economia mundial. Teses essas que são reafirmadas em obra mais recente: *Making globalization work*. (STIGLITZ, 2006)

Se o fenômeno da globalização for analisado sob o ponto de vista dialético, torna-se necessário considerar suas contradições. De acordo com a *lei da interpenetração dos contrários* (ENGELS, 2000), a contradição é inerente à realidade das coisas e constitui a força motriz das transformações. Assim, os fenômenos devem ser estudados segundo uma perspectiva bipolar. O que fica evidente ao se analisar o período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a crise do “socialismo real”, na década de 1990, que coincidiu com o advento da globalização. O esfacelamento da União Soviética representou o fim de um dos polos em que gravitava a política e a economia mundial. Os Estados Unidos, que representavam o outro polo, mantiveram-se nessa posição. Não apenas como potência hegemônica, mas como líder de um amplo conglomerado de nações unidas por múltiplos interesses, mas, sobretudo por contingências decorrentes da própria globalização. Isso ficou evidente nas duas guerras contra o Iraque, que uniu tanto nações que compunham o Pacto de Varsóvia quanto integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Qualquer tentativa de identificar o polo emergente estará no campo da Futurologia (KAHN; WIENER, 1967), disciplina que não conseguiu granjear respeito da comunidade científica. Não há como garantir que força irá ocupar o polo antagônico, nem mesmo por quanto tempo os Estados Unidos como nação continuará exercendo a hegemonia no mundo globalizado. Mas também não há como deixar de considerar que reações à globalização eclodem por todos os cantos. E uma das reações mais evidentes é constituída pela valorização do regional como contraponto ao global.

Embora o mundo contemporâneo continue marcado pela globalização, os estudos referentes ao desenvolvimento socioeconômico tendem cada vez mais a enfatizar aspectos regionais. O que é natural, pois os atores sociais, os agentes públicos, as organizações, os mercados, as comunidades e as sociedades continuam atuando num território que de alguma forma possibilita configurar uma região. Daí a importância atribuída às

questões regionais, que durante muito tempo ficaram restritas ao domínio da Geografia, mas que hoje se apresentam como multidisciplinares ou até mesmo relativas a uma nova área do conhecimento. Com efeito, as questões regionais são hoje discutidas no âmbito de cursos e eventos em campos como os da Economia, da Sociologia, da Saúde e do Urbanismo e em cursos de natureza multidisciplinar, como os de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento Local.

Os pesquisadores em Administração, por sua vez, vêm sendo solicitados cada vez mais a considerar aspectos regionais em suas investigações. Até mesmo porque já estão sendo definidas áreas específicas nesse campo como decorrência da ênfase no regional. O campo da Gestão em Saúde é provavelmente aquele em que o impacto do regional vem se mostrando mais expressivo, graças, principalmente ao processo de regionalização dos serviços sanitários. Nesse campo o conceito de gestão regional tornou-se corrente. Verifica-se até mesmo o oferecimento de cursos caracterizados pela especificidade, como o Curso de Gestão Microrregional em Saúde. (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2009)

Na gestão de empresas também se faz sentir a necessidade de enfatizar o regional. Basta considerar que num evento realizado no Brasil, em 2003, Michael Porter fez quatro recomendações aos empresários presentes, sendo que a primeira foi “sejam mais regionais”. (O MUNDO, 2004, p. 21)

No campo da gestão pública essa necessidade mostra-se mais evidente. A multiplicação de organismos regionais, como consórcios, câmaras e fóruns regionais, vem determinando o aparecimento de novas formas de gestão. Desses organismos participam não apenas agentes públicos, mas também entidades produtoras, sindicatos, universidades e movimentos sociais organizados. Assim, torna-se necessário o desenvolvimento de novas competências entre os gestores desses organismos; competências voltadas à captação de recursos de múltiplas fontes, à mobilização de atores regionais, à criação de mecanismos de governança regional e, principalmente, à compreensão da questão da regionalidade. Daí porque já se mostra possível tratar de um novo campo da Administração: *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*. (GIL; OLIVA; SILVA, 2007)

É plausível considerar *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* como um novo campo do conhecimento, capaz de comportar definições e até mesmo um arcabouço teórico que permita identificá-la como um setor específico de conhecimento transdisciplinar. Mesmo porque, numa perspectiva moderna, as ciências podem ser entendidas como sistemas abertos e intercambiáveis. Como sistemas abertos, as ciências estão continuamente interagindo com outras ciências e consequentemente absorvendo e incorporando novos conceitos, teorias e métodos.

A definição de um campo de conhecimento implica o esclarecimento de seu objeto de estudo, das suposições acerca da realidade em que está inserida, do alcance de suas contribuições e também dos métodos e técnicas de que se vale para proporcionar a construção de novos conhecimentos. Ou, em outras palavras: o esclarecimento das bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas que fundamentam esse novo campo do conhecimento. É um empreendimento para o qual estão convidados pesquisadores de diferentes campos, com vistas a estabelecer interfaces com conteúdos de diferentes disciplinas científicas. Mais ainda, para refletir acerca das crenças que as fundamentam, dos limites de suas contribuições, da aplicabilidade de procedimentos metodológicos, que ainda são considerados críticos, e também de suas implicações éticas, já que a investigação nesse campo envolve seres humanos e seus instrumentos devem ser elaborados de forma tal que preservem sua liberdade e dignidade.

Em face da relevância dessas questões foi elaborado o presente ensaio, que tem como objetivo discutir os fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*. O que se espera é que este trabalho possa contribuir tanto para reflexão acerca da institucionalização desse campo do conhecimento quanto para orientação acerca da investigação empírica em seu âmbito.

2 O CONCEITO DE REGIONALIDADE

A palavra regionalidade ainda não aparece nos dicionários de Língua Portuguesa. Seu uso, no entanto, vem se tornando cada vez mais comum em estudos regionais realizados em muitos países. Constata-se o

uso dos termos *regionalidad*, em espanhol; *regionalità*, em italiano; *regionalité*, em francês; *regionality*, em inglês; e *regionalität*, em alemão. A palavra regionalidade é constituída por aglutinação. À palavra *regional* aglutinou-se o sufixo “dade”, que é utilizado na formação de substantivos abstratos, indicando qualidade, propriedade ou modo de ser. Assim, com o auxílio de dicionários (HOUAISS; FERREIRA, 1999), pode-se definir regionalidade como: 1) qualidade, o caráter do que é regional; 2) conjunto de características que distinguem uma região e que possibilita compará-la com outras regiões; 3) estado ou qualidade de uma pessoa que pertence a uma determinada região; 4) estado ou qualidade de uma pessoa que se identifica com uma região em que os valores, as crenças e os interesses são compartilhados.

Note-se como o conceito, mesmo após a pertinente definição, continua abstrato. Isso porque a última acepção – a que mais se ajusta aos propósitos deste trabalho – envolve os conceitos de valores, crenças e interesses, que se referem a aspectos imateriais da cultura, como concepções acerca do que é verdadeiro, do que é bom ou mal, do que é justo ou injusto ou do que vale a pena. É o mesmo que ocorre com outra palavra bastante conhecida e que passou pelo mesmo processo: nacionalidade.

As definições propostas para regionalidade são descritivas, já que relatam o significado habitual do termo. Mas, tendo em vista os propósitos deste ensaio, apresenta-se uma definição estipulativa desse conceito. Esse gênero de definição não requer a descrição precisa do uso real do termo. Em vez disso, estipula o seu significado especial atribuído à palavra. Ela se torna importante para conferir clareza e precisão ao conceito num contexto definido.

Assim, concebe-se regionalidade como uma espécie de consciência coletiva que une os habitantes de uma região em torno de sua cultura, sentimentos e problemas. A regionalidade, assim entendida, contribui para transmitir um conjunto de características comuns que possibilitam identificar um grupo de indivíduos como base para formar uma região (GIL, GARCIA, KLINK, 2004). Implica mesmo a configuração de uma verdadeira mentalidade da região considerada. (BAEZA, VALLEJOS, 1996)

Entendido como consciência coletiva, o conceito de regionalidade guarda similaridade como o de

identidade regional, apresentado por Paasi (2009). Essa identidade regional corresponde a uma das duas formas de identidade da região, que é a identidade regional de seus habitantes. A outra forma é a identidade de região, que corresponde tanto às suas bases materiais, como natureza, cultura e economia, quanto à sua imagem.

A regionalidade (ou consciência regional, ou identidade regional) apresenta três dimensões. A primeira é a dimensão cognitiva, constituída pelo reconhecimento dos elementos físicos e espaciais que compõem a região, como suas fronteiras, cultura e organizações. A segunda é a dimensão afetiva, que se refere à solidariedade em relação às necessidades dos demais integrantes da região. A terceira é a dimensão conativa, que corresponde à participação ativa nas organizações regionais e ao comprometimento com as ações regionais.

3 A EMERGÊNCIA DA GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIONALIDADE

O reconhecimento da importância do regional vem ensejando o aparecimento de disciplinas específicas, como Geografia Regional, Economia Regional, Demografia Regional, Sociologia Regional e Antropologia Regional. Assim, pode-se falar também em Gestão Regional para designar o segmento da Ciência da Administração que trata das questões administrativas que se dão em nível regional. Essa expressão já é bastante utilizada, mas vem servindo principalmente para designar instâncias político-administrativas decorrentes da subdivisão do espaço nacional. Não se refere a uma modalidade de gestão que considera a região como uma construção social. Assim, sem qualquer pretensão de substituição, subdivisão ou subordinação à Gestão Regional, propõe-se a constituição da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* como campo da Administração.

Em consonância com os princípios classicamente definidos da Ciência da Administração, a *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* pode ser entendida como a disciplina que trata do planejamento, da organização, da direção e do controle de ações, políticas, projetos e programas que têm como propósito estimular, criar ou desenvolver no âmbito de um grupo

ou comunidade a consciência de pertencer a uma região. Trata-se, portanto, de um campo Administração entendida em seu aspecto mais amplo e não de um segmento da Administração de Empresas, pois abrange não apenas organizações, mas também comunidades e sociedades.

A vinculação da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* à Administração Pública parece mais evidente, pois seu título evoca a ideia de um território cuja gestão implica a existência de instituições políticas. Mas como a regionalidade se refere a uma região socialmente construída, os territórios que abrigam suas ações não se confundem com aqueles cujas fronteiras são definidas pelas autoridades politicamente constituídas. O desenvolvimento da regionalidade se dá à medida que grupos, organizações, movimentos e comunidades constituídos tanto no âmbito da sociedade política quanto da sociedade civil busquem a potencialização e a racionalização de suas ações com vistas à satisfação das necessidades verificadas no âmbito da região em que se inserem. Assim, definem-se como atores da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* não apenas os agentes públicos, mas também os membros de organizações empresariais e do Terceiro Setor e dos mais diversos segmentos da sociedade civil.

Como a Ciência da Administração tratada em seu sentido mais amplo, a *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* também supõe a existência de pessoas, instituições ou de comunidades a serem geridas. O que essa disciplina busca, é, pois, a promoção de conhecimentos e de ações objetivando a construção de uma consciência capaz de unir atores sociais em prol do desenvolvimento da região em que habitam ou atuam. Seus produtos são, portanto: planos, programas e projetos voltados à criação, à manutenção ou ao fortalecimento de regiões.

Considere-se que a criação de regiões constitui uma necessidade de gestão. Por exemplo, uma região turística não ocorre naturalmente. Trata-se de um território que, graças à atuação de governantes, empresários e de múltiplos segmentos de sua população, passa a ser constituída como região, mas isso só ocorre à medida que se desenvolvam instituições regionais e se manifeste uma consciência regional (PAASI, 2009). Aqui entra a contribuição da *Gestão Para o Desenvolvimento da Regionalidade* com elementos teóricos e práticos facilitadores do processo de construção da região.

Outra importante contribuição dessa disciplina está na compreensão e na atuação em prol do desenvolvimento de *clusters* de negócios, que também podem ser considerados realidades socialmente construídas. Esses *clusters* não são realidades concretas, pois eles não têm dono, não têm executivos, não pagam impostos e não têm personalidade jurídica (ZACARELLI *et al.*, 2008). Eles são entidades supra-empresariais, que somente se tornam reais à medida que seus integrantes o reconhecem como um território delimitado, com fronteiras definidas e com marcas que o identifiquem. Só se consolidam conforme seus integrantes manifestam ligações emocionais com eles, sintam-se realmente como seus membros. E tendem a progredir à medida que seus integrantes desenvolvam um esforço solidário tendo em vista o seu desenvolvimento.

4 O CARÁTER CIENTÍFICO DA GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIONALIDADE

O caráter científico de uma disciplina implica a consideração de questões de três naturezas: 1) ontológica, que se referem à natureza da realidade que investiga; 2) epistemológicas, que se referem à validade de seus achados; e 3) metodológicas, que se referem aos processos de investigação.

4.1 Questões Ontológicas

Como a *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* insere-se no campo das ciências sociais, cabe considerar que elas foram constituídas principalmente sob o enfoque do Positivismo. Seus fundamentos repousam na concepção de que a realidade estudada existe objetivamente. Dessa forma, os grupos sociais, as organizações, as comunidades o patrimônio, os materiais, o processo de produção, o mercado e as pessoas são tratados como “coisas” que têm existência própria, que independem de quem as observa e as analisa. (DURKHEIM, 1999)

A adoção desse pressuposto ontológico pode representar um obstáculo para a investigação no campo da *Gestão para o desenvolvimento da regionalidade*. O conceito de regionalidade, tal como é entendido pelos autores que o utilizam, deriva de uma concepção de

região que não a vê delimitada ao espaço geográfico, como foi apresentada pela Geografia clássica, também constituída segundo os ideais positivistas. Trata-se de uma concepção de região como entidade socialmente construída, que depende, portanto, das percepções dos atores regionais.

A região, bem antes da constituição da Geografia como ciência, foi concebida como realidade objetiva. Uma das mais antigas concepções a vê como uma porção da superfície terrestre identificada pela combinação de elementos da natureza, como relevo, vegetação e clima. Mas, a partir da segunda década do século XX, as regiões passaram a ser vistas como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural, requerendo, portanto, para seu entendimento, conhecimentos de natureza histórica. Por fim, a partir da década de 1950, a região passou a ser considerada com base em propósitos específicos, não requerendo necessariamente uma única base empírica. Dessa forma, a região natural e a região paisagem tornaram-se apenas duas das múltiplas possibilidades de recortar o espaço terrestre (CORREA, 2001). Assim, passou-se a entender a região como a categoria de análise principal, compreendida como resultado das ações dos homens organizando o espaço a partir das condições naturais. A região passou, pois, a ser entendida como uma *entidade dinâmica*, ocupada e organizada historicamente. (ANDRADE, 1976)

Graças à influência da Nova Geografia Regional, o conceito de região, a partir do último quartel do século passado, passou a ser utilizado como uma entidade abstrata para classificação ou delimitação de áreas. Assim, identificam-se pelo menos pelo menos três novas concepções de região. A primeira entende a região como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. A segunda, como um cenário para interação social, desempenhando, portanto, um papel fundamental na produção e reprodução de relações sociais. A terceira, por fim, vincula o conceito de região ao lugar, que é constituído por indivíduos que habitam ou habitaram seus espaços e neles imprimiram sua cultura. (GILBERT, 1988)

Esta última concepção tende a ver as regiões como entidades socialmente construídas e pode, portanto, ser considerada uma concepção socioconstrutivista. De acordo com os princípios do construtivismo

social, o espaço social não faz parte da ordem natural. É sim uma construção fundamentada nos seres humanos, que tende à busca da estabilidade e que por conta da necessidade de ordem transforma-se em uma construção artificial (BERGER; LUCKMANN, 1973). Assim, os fatos do mundo são entendidos como o resultado de um processo social que constrói a consciência de fatos objetivos com base em elementos subjetivos, como sentimentos, significados linguísticos, crenças religiosas, aspirações, normas morais, preconceitos e valores culturais. Esses elementos ideacionais é que formariam as estruturas motivacionais da ação.

Para o socioconstrutivismo, as regiões são entidades construídas socialmente, pois surgem da redefinição de normas e de identidades por governantes, empresas e grupos cívicos. Sob essa ótica, as regiões são formadas por percepções coletivas de identidades e de significados, o que faz com que suas fronteiras sejam por natureza pouco definidas e sempre mutáveis. Essa visão rejeita a concepção estática de região, pois as considera como estruturas cognitivas em mudança, que são constituídas por laços institucionais e econômicos comuns (VÄYRYNEN, 2003). A região passa, portanto, a ser entendida como a apropriação simbólica de uma porção do espaço pelas pessoas que nele habitam e contribuem para a constituição de sua identidade.

As questões ontológicas indicam que os pesquisadores no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* se deparam com a ideia de múltiplas realidades. Não apenas os pesquisadores, mas também os leitores dos relatos de pesquisa. É, pois, um grande desafio aos pesquisadores, pois os fundadores da Ciência da Administração e seus continuadores têm se empenhado na constituição de uma ciência que trata de uma realidade concreta. A ideia de múltiplas realidades, inerente à Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade, poderá significar para muitos pesquisadores o afastamento da “zona de conforto” proporcionada pela adesão aos princípios de uma já bem consolidada “Administração Científica”.

4.2 Questões Epistemológicas

Por definição, *Gestão para o desenvolvimento da regionalidade* constitui um campo multidisciplinar. As principais contribuições vêm de ciências como Geografia, Economia, Antropologia, Sociologia, Psicologia

e Ciência Política. O que essas disciplinas têm em comum é o fato de se inserirem no campo das ciências sociais. Ora, as ciências sociais, tanto em decorrência de sua constituição relativamente recente quanto da complexidade de seu objeto, conduzem a questões de natureza epistemológica. Questões que se relacionam principalmente à validade de seus achados. É inevitável o questionamento acerca do que se pode efetivamente conhecer nesse campo ou do que corresponde efetivamente à realidade ou à opinião dos pesquisadores nos relatos de investigação.

Haesbaert (2010), ao considerar questões epistemológicas, identifica três grandes caminhos de referência no tratamento da região (ou da regionalidade): 1) abordagens mais “realistas” da região, que a entendem como uma realidade autoevidente; 2) abordagens analítico-racionalistas e/ou construtivistas, que tratam a região como um artifício ou construto intelectual; e 3) abordagens normativas, que tratam a região como instrumento de ação.

A *Gestão para o desenvolvimento da regionalidade* não poderia prosperar segundo as abordagens mais realistas de região, visto que, por definição, trata da regionalidade como um processo de construção. Já a abordagem de região como artifício ou construto mostra-se mais operacional para o alcance dos propósitos da disciplina, pois permite que a região seja concebida até mesmo como um “artifício” elaborado intelectualmente a partir de critérios diversos propostos pelo pesquisador. A abordagem mais normativa, por fim, tem como principal vantagem a de favorecer ações ou projetos de intervenção no real. Daí, então, considerar-se que as abordagens analítico-racionalistas e/ou construtivistas contribuem para a investigação no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* como as abordagens normativas contribuem para o planejamento e a condução de ações. Cabe considerar, também, que estas últimas abordagens mostram-se coerentes com a perspectiva histórica da Ciência da Administração, que se volta não apenas para o conhecimento da realidade, mas também para a o alcance de propósitos práticos, como o das ações voltadas para o planejamento regional.

Uma das mais importantes questões epistemológicas é a da objetividade do conhecimento. Com efeito, para quem analisa estudos no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* interessa saber

acerca da validade da representação de seu objeto, já que se refere a uma entidade abstrata. Interessa também saber em que medida as teorias construídas em seu âmbito são capazes de fornecer proposições que podem ser testadas empiricamente, independentemente das suposições dos teóricos que as propuseram. Interessa, ainda, definir quão generalizáveis são os seus achados e qual a sua validade, independentemente dos condicionantes históricos, geográficos e culturais ou da época em que foram concebidos.

A questão da objetividade é crítica em todas as ciências humanas e sociais. Por isso, os pesquisadores animados pelos princípios positivistas esforçam-se para garantir que os resultados de suas pesquisas não sejam influenciados por suas opiniões e caprichos. Assim, esses pesquisadores procuram superar a subjetividade mediante procedimentos que indiquem a produção dos mesmos dados mediante observações repetidas das mesmas respostas pelo mesmo observador (intra-subjetividade). Ou que indiquem a produção dos mesmos dados mediante observações repetidas das mesmas respostas por observadores diferentes (inter-subjetividade).

Essa tentativa de superar a subjetividade, no entanto, mostra-se crítica na investigação no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*. Como a regionalidade se refere a uma espécie de consciência coletiva ou a uma mentalidade da região, torna-se difícil garantir que os resultados obtidos nas investigações se caracterizem pela objetividade. Daí porque nos estudos sobre regionalidade tende-se a enfatizar o papel do pesquisador, que não pode ser considerado como um cientista desinteressado, mas sim como um participante, que de múltiplas formas se envolve com o problema. Mesmo que os resultados da pesquisa se caracterizem pelo consenso, eles precisam ser considerados como produtos de construções individuais que se fundem.

O saber prático, por sua vez, não pode ser desconsiderado nos estudos sobre regionalidade. Para investigar esse fenômeno é preciso considerá-lo do ponto de vista dos sujeitos, que podem ser considerados até mesmo copesquisadores (HERON; REASON, 2001). O que significa que muitos estudos no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* poderão ser caracterizados como pesquisa-ação ou pesquisa participante.



4.3 Questões Metodológicas

Para que uma disciplina seja reconhecida como científica é necessário que disponha dos meios que possibilitem fornecer respostas aos problemas propostos em seu âmbito mediante o concurso de métodos científicos. Torna-se necessário, portanto, analisar as dificuldades com que os pesquisadores no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* possam se deparar, tanto em relação ao planejamento quanto à coleta e análise de dados requeridos para investigação.

4.4 Objeto da Disciplina

Toda e qualquer pesquisa se inicia com algum tipo de problema ou investigação. Mas para que esse problema seja significativo do ponto de vista científico é necessário que se insira no âmbito de um tema que, por sua vez, possa ser considerado como derivado de um dos campos da disciplina científica. Assim, uma das limitações da pesquisa no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* refere-se à complexidade de seu objeto.

O conceito de regionalidade deriva do conceito de região, que é um dos mais fundamentais no campo da Geografia Humana. Mas a regionalidade não pode ser entendida no âmbito restrito dessa disciplina, já que envolve considerações também de natureza econômica, social, cultural e psicológica. Dessa forma, o problema da circunscrição do objeto da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* é mais crítico quando comparado com a Ciência da Administração entendida de modo amplo. Embora o objeto da Administração também não seja claramente definido, é possível a realização de pesquisas em seu âmbito graças à adoção de contribuições de outras disciplinas. Assim, uma pesquisa sobre clima organizacional pode se inserir no campo da Sociologia Organizacional. Uma pesquisa sobre pressão de grupos no trabalho pode ser definida como investigação em Psicologia Social. E em ambos os casos as pesquisas poderiam ser desenvolvidas graças à utilização de fundamentos teóricos e métodos próprios dessas ciências.

Ao se tratar da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* fica difícil circunscrever suas pesquisas

no âmbito de uma disciplina científica específica. O que faz com que elas assumam de modo geral um caráter multidisciplinar ou transdisciplinar. Daí a necessidade de utilização de conceitos e de contribuições teóricas de áreas diversas do conhecimento. O que requer esforço adicional do pesquisador no sentido de conferir coerência lógica ao sistema conceitual adotado, bem como às teorias de base.

4.5 Experimentação

O método experimental, que é o mais prestigiado nos meios científicos, não é facilmente aplicável em pesquisas no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*, já que seus pesquisadores não têm na maioria dos casos como introduzir modificações nos fenômenos que pretendem pesquisar. Mas isso não significa que a lógica da investigação experimental não possa ser utilizada nesse campo. Mais do que isso, é possível até mesmo em determinadas circunstâncias a realização de pesquisas quase experimentais.

Nesse sentido, cabe considerar que os chamados “experimentos naturais”, como o desenvolvido por Snow (1990), relativo à epidemia de cólera na cidade de Londres, no século XIX, puderam ser desenvolvidos graças consideração da regionalidade. Como a ocorrência da epidemia era muito mais visível num setor da cidade de Londres, Snow (1990) sugeriu – e comprovou – que a epidemia estaria relacionada a alguma variação no tratamento das águas na cidade. Como o tratamento era realizado por duas companhias que tinham concessão para distribuição das águas em diferentes setores da cidade, o cientista procedeu à verificação das diferenças no tratamento das águas realizadas pelas duas companhias, o que o levou à descoberta da relação entre água suja e cólera.

Assim, como a ocorrência de epidemias se dá sempre no âmbito de uma região, muitos outros fenômenos podem ser explicados mediante a consideração de aspectos regionais. Por exemplo, se existem duas regiões com as mesmas características sociais, culturais, econômicas, políticas e históricas e numa delas instalam-se indústrias, as modificações aí ocorridas poderão, de alguma forma, ser atribuídas a esse fato, já que a presença de indústrias constitui o único fator relevante observado numa região e não na outra.

4.6 Quantificação

A *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* lida com entidades de difícil mensuração, como identificação regional e consciência regional. Isso pode ser considerado como um elemento capaz de dificultar não apenas a operacionalização dos conceitos e a análise dos dados, mas também a comunicação dos resultados. Mas não como um impedimento, já que existe a possibilidade de abordar os fenômenos sob uma perspectiva qualitativa. Há realmente orientações teóricas, como a Fenomenologia, o Interacionismo Simbólico, a Etnografia e a Teoria Fundamentada (*Grounded theory*) que têm como propósito investigar os fenômenos do ponto de vista qualitativo. Assim, a pesquisa no campo da regionalidade pode, com bom suporte teórico, desenvolver-se graças à utilização de métodos qualitativos de coleta e de análise de dados.

4.7 Valores

Um obstáculo metodológico relevante na pesquisa sobre regionalidade é a dos valores, pois o pesquisador nesse campo envolve-se de alguma forma com o fenômeno que pretende investigar. Basta considerar que a ênfase nos estudos sobre regionalidade deu-se, de certa forma, como reação ao processo de globalização. Grupos organizados da sociedade civil, com o apoio de acadêmicos, sobretudo a partir da última década do século XX, perceberam que uma das formas de conter alguns dos reconhecidos malefícios da globalização (STIGLITZ, 2002; 2006) estaria na ênfase no local e no regional. Assim, a regionalidade passou a ser vista como manifestação daquela outra globalização de que nos fala Boaventura de Souza Santos (2002, p. 13),

[...] que é constituída por redes e alianças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a degradação das condições de trabalho, o desemprego, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da diversidade e os ódios inter-étnicos produzidos diretamente ou indiretamente pela globalização liberal.

Também há que se considerar que são estreitas as relações entre regionalidade e regionalismo, já que

ele pode ser definido como o uso político da identidade regional. Assim, muitas das questões sobre regionalidade encontram-se naturalmente permeadas por valores de ordem política. É pouco provável, portanto, que sejam realizadas com total isenção de valores. Por essa razão é que neste campo sugere-se a realização de pesquisas comprometidas com alguma forma de emancipação, como é o caso das pesquisas caracterizadas como pesquisa-ação e pesquisa participante. Delineamentos que vêm se tornando cada vez mais frequentes na investigação em Administração. (THIOLLENT, 1997; BIDART-NOVAES, GIL, 2009)

5 QUADROS DE REFERÊNCIA PARA INVESTIGAÇÃO NO CAMPO DA GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIONALIDADE

As ciências sociais dispõem de uma grande diversidade de métodos e técnicas para investigação no campo da regionalidade. Pesquisas experimentais, estudos observacionais, levantamentos e estudos de caso constituem alguns dos delineamentos adequados, desde que se ajustem aos objetivos pretendidos, às características do universo de pesquisa e aos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Cabe ressaltar, no entanto, que a obtenção de resultados significativos nas investigações neste campo tem muito a ver com o quadro de referência adotado. Assim, apresenta-se, a seguir, a análise de diferentes quadros de referência teóricos, indicando sua aplicabilidade na investigação no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*.

5.1 “Compreensão”

Quem investiga no campo da regionalidade reconhece a importância do significado atribuído pelas pessoas ao comportamento humano. Daí a contribuição que pode ser oferecida pelo quadro de referência da “compreensão”, proposto por Max Weber (1969). Com efeito, é importante que os cientistas sociais procurem entender as configurações regionais sem eliminar as considerações subjetivas dos atores que lhe atribuem significado. Percebe-se, então, a aplicabilidade do conceito de “tipos ideais”, que são formados pela

síntese de um grande número de fenômenos concretos individuais, que são organizados numa construção analítica, mas que não são encontrados na realidade.

A contribuição do modelo weberiano fica clara, por exemplo, quando se consideram as etapas da regionalidade, definidas por Hettne (1999), que, a rigor, constituem tipos ideais: 1) região como *unidade geográfica*; 2) região como *sistema social*; 3) região como *organização formal*; 4) região como *sociedade civil*; e 5) região como *formação histórica*. A perspectiva da “compreensão” mostra-se adequada principalmente quando se define região como uma construção desvinculada de bases territoriais. Nesses casos, o que interessa não é descrever as características da região, mas sim captar o significado que lhe é atribuído pelos atores sociais.

5.2 Dialética

Uma importante característica dos estudos sobre regionalidade é o seu caráter contraditório. Embora esse aspecto possa de alguma forma irritar os pesquisadores que preferem entender a pesquisa como um processo linear, deve ser considerado, antes de tudo como decorrência do próprio caráter dialético da regionalidade. Não há como entendê-la, sem a compreensão do funcionamento da economia em nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos. Como bem acentua Milton Santos (1988, p. 46), “[...] estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição”. Daí a adequação da perspectiva dialética na investigação acerca da regionalidade, que enfatiza a contradição e o conflito na investigação dos fenômenos.

5.3 Fenomenologia

O método fenomenológico propõe que se investigue o fenômeno, ou seja, aquilo que é dado à consciência. Quem investiga com o concurso desse método não se interessa por algo desconhecido que se encontre atrás do fenômeno. Também não se interessa em discutir se esse dado é uma realidade ou uma

aparência. Assim, o método fenomenológico constitui importante contribuição para a investigação no campo da *Gestão para o desenvolvimento da regionalidade*. Embora cada região signifique uma combinação de elementos econômicos, ecológicos, sociológicos e demográficos sobre um espaço reduzido, o que ela representa se expressa como uma linguagem: a linguagem dos homens falando com o espaço como meio de expressão (FRÉMONT, 1976). Assim, a região passa a ser entendida como o espaço sentido e vivido por seus habitantes.

Nem sempre a consciência da região corresponde àquela regionalização estabelecida pela administração pública. A região, como espaço vivido, ultrapassa a ideia do espaço material, pois incorpora valores psicológicos que as pessoas têm em relação à região, não tendo, por isso, limites fixos. Nem com os espaços sociais cotidianos, com os lugares pontuais, nem com os grandes espaços, situando-se, portanto, numa escala intermediária, definida segundo a rede de relações que os indivíduos tecem de acordo com os lugares mais frequentados por um grupo social. (LENCIONI, 1999)

5.4 Etnografia

À medida que as regiões são entendidas como realidades socialmente construídas, a investigação no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* passa a requerer o conhecimento das outras construções sociais. O que implica o conhecimento da cultura em que se inserem os grupos, as organizações e as comunidades que habitam uma região e cuja consciência regional se quer estudar.

Uma das formas mais utilizadas para o estudo da cultura é a pesquisa etnográfica, que possibilita ao pesquisador interpretar o que ocorre no grupo estudado como se ele mesmo fosse um membro desse grupo. Essa modalidade de pesquisa, já reconhecida no âmbito da Ciência da Administração (BRYMAN; BELL, 2007) permite a imersão na realidade para entender as regras, os costumes e as convenções que governam a vida do grupo estudado.

Como a pesquisa etnográfica possibilita o estudo das pessoas em seu próprio ambiente, torna-se útil também para estudar as múltiplas manifestações de uma comunidade ao longo do tempo. Daí sua adequação para o estudo da regionalidade como um processo.

Embora seja importante considerar que a pesquisa etnográfica não é de execução simples, pois exige a permanência do pesquisador na comunidade por um longo tempo. Além disso, o pesquisador precisa ser bastante hábil para ser aceito como membro do grupo que pretende pesquisar.

5.5 Socioconstrutivismo

Sob a ótica do socioconstrutivismo, as regiões são construídas socialmente. Por construção social das regiões entende-se que as estas são formadas por percepções coletivas de identidades e significados. Surgem, pois, da redefinição de normas e de identidades pelos governantes, grupos cívicos e empresas (PAASI, 2009). Assim entendidas, suas fronteiras tendem a ser por natureza pouco definidas e sempre mutáveis. O socioconstrutivismo rejeita, portanto, a concepção estática de região, pois as considera como estruturas cognitivas em mudança, que são constituídas por laços institucionais e econômicos comuns.

A abordagem socioconstrutivista contribui significativamente para a investigação no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*, pois a regionalidade é por definição uma espécie de consciência coletiva que une os habitantes de uma região em torno de sua cultura, seus sentimentos e seus problemas. Essa consciência de fatos objetivos é decorrência de um processo que a constrói com base em elementos subjetivos, como sentimentos, significados linguísticos, crenças religiosas, aspirações, normas morais, preconceitos e valores culturais. Esses “elementos ideacionais”, segundo os socioconstrutivistas, formam as bases motivacionais da ação.

5.6 Grounded Theory

A *grounded theory* (teoria fundamentada) pode ser vista como importante promessa para a investigação no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*. Essa disciplina, em virtude de se encontrar ainda em estágio embrionário, não dispõe de um corpo teórico bem fundamentado e suficiente para gerar hipóteses de pesquisa que contribuam para o estudo de seus fenômenos mediante a antecipação de relações de dependência. Assim, a *grounded theory*, que foi elaborada com o propósito de proporcionar

uma alternativa ao processo de geração dedutiva de teorias sociais, pode ser encarada como um procedimento útil para a geração de modelos explicativos da realidade regional a partir das próprias falas dos sujeitos.

Cabe considerar, no entanto, que essas teorias têm amplitude restrita. Não podem ser entendidas como conjuntos de proposições ou hipóteses que formam um sistema dedutivo. São teorias substantivas, específicas para determinado grupo ou situação, que não podem, portanto, ser generalizadas. Não podem ser encaradas como verdades absolutas, mas como a explicação de realidades tornadas reais pelos sujeitos da pesquisa. (GLASER; STRAUSS, 1967)

Por ser ainda pouco disseminada no campo da Administração, e por exigir preparação cuidadosa dos pesquisadores, há poucos relatos de pesquisas fundamentadas no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*. Mas a *grounded theory* pode ser encarada como promessa, já que pode contribuir de forma privilegiada para a geração de teorias explicadoras da realidade regional. Nesse sentido cabe citar o trabalho desenvolvido por Yamauchi (2006), no Grande ABC Paulista, região que ocorreu a instalação de alguns dos mais importantes organismos de gestão regional, como o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, a Câmara Regional do Grande ABC, o Fórum da Cidadania do Grande ABC e a Agência de Desenvolvimento do Grande ABC.

5.7 Pesquisa Participante

Dentre as comunidades interessadas na realização de pesquisas no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* salientam-se as que têm como finalidade aglutinar esforços em prol do desenvolvimento solidário de uma região. As pesquisas desenvolvidas nestas comunidades, diferentemente das que geralmente são propostas no meio acadêmico, não têm como propósito unicamente o conhecimento da realidade. Assim, um modelo de pesquisa que se ajusta a esses propósitos é a pesquisa participante.

A pesquisa participante é uma modalidade de pesquisa que tem como propósito “[...] auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas” (LE BOTERF, 1984). Trata-se,

portanto, de um modelo de pesquisa que difere dos tradicionais porque a população não é considerada passiva e seu planejamento e condução não ficam a cargo de pesquisadores profissionais. A seleção dos problemas a serem estudados não emerge da simples decisão dos pesquisadores, mas da própria população envolvida, que os discute com especialistas.

O delineamento de pesquisa participante mostra-se adequado para a *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* à medida que concebe a região como construção de diferentes atores sociais (como o Estado, as empresas e outras instituições de poder) em suas lógicas espaciais, mas sem desconsiderar a “i-lógica” dos aglomerados resultantes dos processos de exclusão e precarização espacial. (HAESBAERT, 2010)

6 CONCLUSÃO

As questões referentes à região, ao regionalismo e à regionalidade vêm se tornando cada vez mais presentes no âmbito dos estudos sobre gestão. Com efeito, não há como desconsiderar a ênfase no regional num mundo marcado pela globalização. Daí porque se torna possível tratar da Gestão Regional como campo específico de estudo da Administração. Até mesmo porque para investigar e atuar neste campo basta utilizar princípios e métodos da Administração e aplicá-los num contexto regional.

Tarefa mais complexa é, no entanto, a de consolidação da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* como disciplina científica. É possível a identificação, mediante revisão da literatura, de obras que contribuem para o estabelecimento de um sistema conceitual, bem como para sua fundamentação teórica. Essa obras são, no entanto, ainda em pequeno número, as pesquisas empíricas desenvolvidas nesse campo. Como essa disciplina não dispõe ainda de um conjunto de teorias ou de hipóteses que possibilitem a constituição de um sistema dedutivo, torna-se imperioso desconstruí-las.

O processo de construção de teorias com alto poder de explicação não é tarefa das mais simples nas ciências humanas, especialmente em Administração, cujo acervo teórico é constituído por contribuições de diferentes disciplinas. Assim, o que se recomenda é o esforço dos pesquisadores no sentido de construir teo-

rias de alcance médio ou mesmo teorias substantivas. Embora se referindo a um contexto restrito – muitas vezes a uma comunidade ou a uma organização – essas teorias têm como fundamento a realidade empírica, já que se fundamentam em dados. À medida, pois, que essas pesquisas forem realizadas e divulgadas, será possível promover generalizações empíricas, contribuindo, dessa forma, para o estabelecimento de referenciais teóricos expressivos.

Requer-se, pois, o empenho de pesquisadores em Administração que se dediquem a investigar nesse campo. A proposta pode parecer ambiciosa, pois o corresponde nada menos é do que a construção de teorias. Mas esse processo ficará facilitado à medida que os pesquisadores se disponham a adotar procedimentos analíticos sistemáticos com esse propósito. Procedimentos que podem ser qualitativos, como os propostos pelos descobridores da *Grounded theory* (GLASER, STRAUSS, 1967) ou quantitativos, como os que conduzem à metanálise. (GLASS, 1977; WOLF, 1986)

Recomenda-se, portanto, a divulgação no âmbito de instituições que desenvolvem pesquisas no campo da Administração, sobretudo entre as que mantêm programas de mestrado e de doutorado, dos progressos realizados em áreas emergentes, como a *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*. Cabe também estimular os pesquisadores a olharem além das práticas correntes de sua especialidade e a dedicarem atenção ao que vem ocorrendo em campos conexos.

É necessário que os pesquisadores dispostos a investigar no campo da *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade* sejam pesquisadores reflexivos, receptivos a novas contribuições teóricas e a novas metodologias e tolerantes em relação à ambiguidade; mas também que eles sejam perseverantes, pacientes e detentores de atitude autocorretiva. E como esse é um campo em construção, requer-se também dos pesquisadores que não desconsiderem os aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos das investigações.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- BAEZA, Manuel Antonio; VALLEJOS, Paul. Actores sociales y desarrollo de la regionalidad. **Última década**, Viña del Mar, Uruguai. n. 5, p. 1-7, 1996.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BIDART-NOVAES, Marcos; GIL, Antonio Carlos. A Pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 10 n. 1, p. 134-160, 2009.
- BRYMAN, Ian; BELL, Emma. **Business research methods**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FRÉMONT, A. **La région, espace vécu**. Paris: PUF, 1976.
- GIL, Antonio Carlos; OLIVA, Eduardo de Camargo; SILVA, Edson Coutinho da. Desenvolvimento da Regionalidade: Novo Campo da Administração. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXI, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2007.
- GIL, Antônio Carlos, GARCIA, Carla C. KLINK, Jeroen J. Região, regionalismo e regionalidade. **Cadernos de Pesquisas em Administração – Imes**, São Paulo, v. 5, n. 9, ago-dez/2004.
- GILBERT, Anne. The new regional geography in English and French speaking countries. **Progress in Human Geography**, Manchester, UK, v. 12, n. 2, 1988.
- GLASS, Gene V. Integrating findings: the meta-analysis of research. **Review of Research in Education**, San Francisco, CA, v. 5, p. 351-379, 1977.
- GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**, Chicago, Aldine Publishing Company, 1967.
- GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Curso de especialização em gestão microrregional em saúde**. [2009]. Disponível em: <www.saude.mg.gov.br/.../curso.../Pre-selecao_Regional18ago2009aline21.pdf>. Acesso em: 30 out. 2009.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2010.
- HERON, John; REASON, Peter. The practice of co-operative inquiry: research 'with' rather than 'on' people. In: REASON, Peter; BRADBURY, H. (Ed.), **Handbook of action research: participative inquiry and practice**. London: Sage Publications, 2001. p. 179-188.
- HETTNE, Bjorn. Globalization and the new regionalism: the second great transformation. In: HETTNE, Bjorn; INOTAI, Andras; SUNKEL, Osvaldo (Ed.) **Globalism and the New Regionalism**. London: Macmillan, 1999.
- KAHN, Herman; WIENER, Anthony J. **The year 2000: a framework for speculation on the next thirty -three years**. New York: Mac Millan, 1967.
- LE BOTERF, Guy. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.



MACIONIS, John J. **Sociology**. 9. ed. Upper Saddle River: Prentice-Hall, 2003.

SANTOS, Milton. 1988. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.

O MUNDO quer vir para o Brasil: vocês estão prontos?
HSM Management, Barueri, SP, n. 42, p. 18-21, 2004.

PAASI, Anssi. The resurgence of the 'region' and 'regional identity': theoretical perspectives and empirical observations on regional dynamics in Europe. In: FAWN, Rick (Ed.). **Globalising the regional, regionalising the global**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SNOW, John. **Sobre a maneira de transmissão da cólera**. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1990.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

_____. **Making globalization work**. London, Penguin, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

VÄYRYNEN, R. Regionalism: old and new. **International Studies Review**, Storrs, Connecticut, v. 5, n. 1, p. 25-5, mar. 2003.

WEBER, M. **The theory of social and economic organization**. New York: Free press, 1969.

WOLF, Frederic M. **Meta-analysis**: quantitative methods for research synthesis. Beverly Hills, CA: Sage, 1986.

YAMAUCHI, N. I. **Consciência regional no Grande ABC sob a ótica da grounded theory**. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2006. 79 p.
Dissertação de Mestrado (Administração). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2006.

ZACCARELLI, Sérgio. *et al.* **Clusters e redes de**

negócios: uma nova visão para a gestão dos negócios. São Paulo: Atlas, 2008.